



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MÁRCIA SANTOS DE OLIVEIRA

**O TRABALHO INFORMAL NO SETOR TERCIÁRIO E SUA PARTICIPAÇÃO
NO MERCADO DE TRABALHO
NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR
– PERÍODO: 1997 –**

SALVADOR

2001

MÁRCIA SANTOS DE OLIVEIRA

**O TRABALHO INFORMAL NO SETOR TERCIÁRIO E SUA PARTICIPAÇÃO
NO MERCADO DE TRABALHO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR
– PERÍODO: 1997 –**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Bouzid Izerrougene

SALVADOR

2001

Oliveira, Márcia Santos de.

O trabalho informal no setor terciário e sua participação no mercado de trabalho na região metropolitana de Salvador. Período: 1997 / Márcia Santos de Oliveira. – Salvador, 2001. 50 fls.

Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). UFBA. Inclui bibliografia.

1. Trabalho Informal. 2. Setor Terciário. 3. Região Metropolitana de Salvador.

MÁRCIA SANTOS DE OLIVEIRA

O TRABALHO INFORMAL NO SETOR TERCIÁRIO E SUA PARTICIPAÇÃO NO
MERCADO DE TRABALHO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR
– PERÍODO: 1997 –

Aprovada em janeiro de 2001

Orientador

Prof. Dr. Bouzid Izerrougene

Faculdade de Ciências Econômicas – UFBA

André Garcez Ghirardi

Professor da Faculdade de Ciências Econômicas – UFBA

José Murilo Philigret de Oliveira Baptista

Professor da Faculdade de Ciências Econômicas – UFBA

Dedico este trabalho a meus pais, que tiveram importância fundamental na sua elaboração.

AGRADECIMENTOS

Visando não cometer injustiças, por mero esquecimento, agradeço àqueles que me ajudaram na elaboração desta Monografia.

Em especial:

- ✓ A Deus;
- ✓ À minha família, em especial a minha Mãe, que sempre esteve presente nos momentos difíceis;
- ✓ À família de Elvira, em especial sua filha Manuela, cujo apoio foi inestimável.
- ✓ Aos meus professores que contribuíram para a minha formação, em especial ao Professor Bouzid;
- ✓ Ao apoio dos colegas Ana Cristina, Ednéia, Suzana, Isabela, Elane e Jaqueline.
- ✓ A Itanajara, Rose e Nilza, que dispensaram uma contribuição fundamental para a consecução do meu trabalho.

“Se fecharmos a porta a todos os erros, a verdade ficará de fora”.

Rabindranth Tagore (1861-1941)

Filósofo humanista, poeta- Indiano

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo demonstrar, de forma detalhada, a informalidade na Região Metropolitana de Salvador, dando enfoque ao respectivo setor terciário informal, por representar 80% das atividades informais. Visa, ainda, caracterizar a lógica de funcionamento das pequenas unidades produtivas que compõem o setor terciário informal, além de dimensionar seu papel, em termos de geração de postos de trabalho, e os trabalhadores deste setor. Encontra-se estruturado em três seções: a primeira apresenta a definição e os principais argumentos teóricos associados ao fenômeno; a segunda, utiliza os dados estatísticos da PED e do Banco Central do Brasil, analisa-se o mercado de trabalho e a informalidade, nos anos 90; na terceira seção, utilizam-se dados estatísticos da PED e do IBGE, visando esclarecer melhor o tema de estudo proposto. A pesquisa dos dados estatísticos limitou-se no período de 1997, pela sua inexistência nos demais períodos, tendo como referência o IBGE.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Tabela

1	Indicadores de atividade econômica – 1989/95	27
2	Crescimento da ocupação nas atividades informais – 1996/1999	32
3	Indicadores dos mercados formal e informal de trabalho – RMS – 1998	33
4	Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, segundo o sexo e o nível de instrução – RMS – 1997	35
5	Rendimento médio do trabalho das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, com rendimento exclusive os proprietários, por sexo, segundo características selecionadas – RMS – 1997	36
6	Rendimento médio de todos os proprietários de empresas de setor informal, por posição de ocupação, segundo sexo e o número de trabalho – RMS – 1997	37
7	Empresas do setor terciário informal, por tipo de empresa segundo grupos de atividades – RMS – 1997	39
8	Empresas do setor informal segundo local de funcionamento – RMS – 1997 ..	40
9	Empresas do setor terciário, por grupos de atividades segundo os indicadores de formalização – RMS – 1997	40
10	Empresas do setor terciário informal com até 5 empregados, segundo grupos de atividades – RMS – 1997	42
11	Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por sexo segundo características selecionadas – RMS – 1997	43
12	Pessoas ocupadas nas empresas do setor terciário informal segundo os grupos de atividade – RMS – 1997	44

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	INFORMALIDADE	12
2.1	ORIGEM E ABORDAGEM	12
2.1.1	Aspectos conceituais	16
2.1.2	As definições operacionais	17
2.1.3	Tipologia das Atividades Econômicas Informais	19
2.2.	PROCESSO DE INFORMALIDADE E MERCADO DE TRABALHO	19
2.2.1	Categorias Ocupacionais	21
2.2.2	Determinação de Emprego e Renda	22
2.3	SETOR TERCIÁRIO INFORMAL	25
3	MERCADO DE TRABALHO E INFORMALIDADE NO BRASIL	27
3.1.	EMPREGO E DESEMPREGO NO INÍCIO DA DÉCADA DE 90	27
3.1.1	Algumas características da informalidade no Brasil – 1997	30
3.1.2	Setor terciário informal no Brasil	31
3.2	INFORMALIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 1997	32
4	O TRABALHO INFORMAL NO SETOR TERCIÁRIO	38
4.1	A OCUPAÇÃO NO SETOR TERCIÁRIO INFORMAL NA RMS – 1997 ...	38
4.2	CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO SETOR TERCIÁRIO INFORMAL NA RMS	42
5	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1 INTRODUÇÃO

O conceito de mercado de trabalho informal é bastante controverso na literatura especializada, havendo uma variedade considerável de estudos para caracterizar seu papel na economia capitalista. A informalidade suscita preconceitos. E, enquanto fenômeno, encerra elementos contraditórios, pois representa fenômenos muito distintos, como, por exemplo, evasão e sonegação fiscais, terceirização, micro-empresas, comércio de rua ou ambulantes e também de mercadorias, contratação ilegal de trabalhador assalariado, trabalho temporário, etc.

Alguns autores pontificam que o trabalho informal é precário e típico das economias capitalistas subdesenvolvidas ou em desenvolvimento. Outros consideram-no uma alternativa de sobrevivência importante num sistema altamente excludente, presente mesmo nas economias mais desenvolvidas.

O termo “economia informal” indica dois fenômenos distintos na literatura especializada. O primeiro refere-se à estrutura produtiva organizada em pequena produção. “O setor é representado pelo produtor direto, que, de posse dos instrumentos de trabalho e com ajuda de mão-de-obra familiar e/ou alguns ajudantes, produz bens e serviços.

O segundo refere-se àquela parcela da economia que opera total ou parcialmente na ilegalidade, à margem do marco regulador do Estado. A ilegalidade constitui a principal característica deste segmento, agrupando as atividades econômicas que não cumprem as regulamentações institucionais, sejam estas fiscais, trabalhistas ou de outro tipo”. (Cacciamali, 1989).

Percebe-se facilmente a importância da ocupação informal no mercado de trabalho, seja como forma alternativa de sobrevivência ou mesmo opção definitiva, onde há dificuldade crescente de inserção da força de trabalho no mercado institucionalizado.

A literatura econômica existente sobre a estrutura ocupacional do setor informal é bastante heterogênea e, até certo ponto, conflitante. Muitos autores afirmam que os indivíduos se encontram no mercado informal por não disporem dos requisitos necessários ao exercício do mercado formal, passando, assim, a procurar formas de subsistência em atividades específicas que vão preencher e caracterizar o setor informal.¹

Outros argumentam que os trabalhadores informais entram e saem desse mercado conforme as altas e baixas conjunturais da atividade econômica como um todo. Essa vinculação da informalidade ao movimento conjuntural da atividade econômica acaba por caracterizar a informalidade como fenômeno passageiro, que surge quando as condições de funcionamento do mercado de trabalho fazem com que o desemprego aberto perdure, a taxas relativamente elevadas.²

O setor terciário representa um segmento significativo do mercado de trabalho da RMS, fato que, por si mesmo, merece uma atenção especial, havendo, nesse sentido, a constatação de que mais de 70% da ocupação da RMS encontram-se no setor terciário (Informe PED,1998), e que mais de 80% das atividades informais verificam-se nesse mesmo setor.

Esse segmento congrega indivíduos atuantes em diversas atividades: comércio de mercadorias, serviços de alojamento e alimentação, serviços de transportes, serviços de reparação, pessoais, domiciliares, outros serviços e sem declaração. Auto-empregam-se ou trabalham com sócio(s) e /ou empregam ajudantes.

A informalidade do setor terciário da RMS apresenta-se em um quadro de precariedade de alguns ramos específicos de atividade, com exceção dos empresários do setor informal. Os recursos tecnológicos são escassos, de forma que sua capacidade de acumulação torna-se bastante limitada. Parece, como nas atividades formais: o grau de

¹ 1.Essa é a linha de argumentação dos trabalhos baseados no estudo seminal da OIT(1972).

² 2.Essa idéia é considerada por JAHODA, LASARFEL e ZEISEL(1971), apud DEDECA(1998)

escolaridade é fator determinante da renda; as mulheres, sofrem discriminação no setor analisado, suas rendas são menos elevadas que as dos homens, mesmo quando submetidas a atribuições pessoais; a escala de negócios revela-se importante e significativa para a determinação da renda dos trabalhadores do setor terciário informal da RMS.

Atualmente, o setor informal é um grande gerador de postos de trabalho. No entanto, medidas de política econômica, bastante dirigidas, fazem-se necessárias para que se possa otimizar as condições socioeconômicas dos trabalhadores desse setor. Dentre outras possibilidades, não se pode deixar de considerar a educação como elemento determinante na elevação da renda e, portanto, dos níveis de vida desse imenso contingente de trabalhadores.

2 INFORMALIDADE

2.1 ORIGEM E ABORDAGEM

Os estudos realizados na década anterior trataram sobre a marginalidade e deram sustentação às primeiras reflexões sobre a questão da informalidade nos anos 70. Reflexões essas que resultaram no surgimento dos trabalhos iniciais do Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe – PREALC, parte do Programa Mundial de Emprego da Organização Internacional do Trabalho – OIT. (PREALC,1981).

Um aspecto comum as marcou: a questão da absorção de força de trabalho e da heterogeneidade do mercado de trabalho. *“Os diversos estudos realizados sobre o tema tomaram a experiência de industrialização nos países avançados, em especial nos países da Europa Ocidental, como paradigma de modernização com a homogeneização socioeconômica, caracterizada tanto por uma dominância do assalariamento nas estruturas ocupacionais, como por uma crescente regulação da relação de trabalho pelo Estado e pelas negociações coletivas. Entendiam os autores que a experiência criada pelo avanço da estrutura industrial, ao ser acompanhada pelo aprofundamento da democracia, havia alterado positivamente as normas e regras que estruturam os sistemas nacionais de relações de trabalho, permitindo sua crescente institucionalização e homogeneização”*. Esse movimento teria sido fundamental para extensão do padrão de consumo moderno a amplas massas de trabalhadores, contribuindo para estabelecer um circuito virtuoso, renda-consumo-investimento, para o vigoroso e prolongado crescimento daquelas economias.³ (Dedeca; Baltar, p. 68, 1997)

De maneira comparada, esses estudos, ao analisarem as experiências latino-americanas, concluíam que não havia se estabelecido um movimento semelhante em nossos países.

³ Cf. Os ensaios clássicos de PINTO (1976) e VUSKOVIC BRAVO (1976), apud Dedeca,1998.

Em primeiro lugar, porque a industrialização limitada tinha gerado um grau de assalariamento relativamente baixo. Em segundo, porque a transformação econômica não havia sido acompanhada de mudanças mais expressivas dos fatores econômicos e políticos; não tinha produzido uma organização do Estado e da sociedade que atacasse os problemas estruturais que caracterizavam os países da região – a questão agrária, a regional, a urbana e a das políticas sociais.

Concluía-se, portanto, pela ausência, na América Latina, de um movimento de transformação socioeconômica que resolvesse os problemas de exclusão e que consolidasse uma trajetória de homogeneização social, de modo a provocar o rompimento de um mercado de trabalho fortemente fragmentado. Desta maneira, o assalariamento com proteção social – *standard employment relationship* – não chegou a alcançar a experiência de industrialização observada nos países capitalistas avançados.

A OIT criou um programa mundial de emprego, com o objetivo de avaliar a evolução do emprego e da renda nos países em desenvolvimento, enfatizando aqueles em que o Estado havia implementado um processo rápido de industrialização. Desenvolveu uma tipologia alternativa, denominada setor formal e informal, para aporte teórico.

Inspirados no estudo clássico sobre o Quênia (OIT,1972), as primeiras pesquisas do PREALC aceitavam a dualidade do mercado de trabalho, destacando um segmento formal estruturado a partir da organização produtiva claramente capitalista- separação entre trabalho e gestão, existência de uma estratégia de acumulação, estabelecimento de uma organização empresarial – e outro, um segmento informal que agregava uma multiplicidade de formas de organização produtiva, todas elas caracterizadas pela baixa estruturação do negócio, (PREALC,1981).

Essa abordagem da OIT desconsidera: a inserção do trabalhador no aparelho produtivo, por conta própria ou assalariado, a forma de organização do estabelecimento produtivo e, principalmente, a heterogeneidade e diversificação do setor informal.

Segundo Sethuraman (apud Dedeca; Baltar, 1997), a principal razão porque se introduziu o termo “setor informal” no informe sobre o Quênia deveu-se ao fato, agora amplamente reconhecido, de que seria necessário muito tempo para que as políticas de desenvolvimento geral pudessem alcançar os grupos mais pobres da população.

Tomando em conta os resultados sobre o Quênia, Tokman (1987, p. 515) afirmou que *“o principal argumento sobre a origem deste setor foi o excedente de mão-de-obra, em sua maioria formado por indivíduos que imigravam das zonas rurais e que não podiam encontrar trabalho nos setores formais. Dada a necessidade de sobrevivência, estes indivíduos tinham que desempenhar algumas atividades que lhes permitissem obter um rendimento.”* Aceitava-se o pressuposto de que o setor informal seria caracterizado por barreiras à entrada reduzidas e, por decorrência, quanto maior o volume de pessoas inseridas nestas atividades, menor seria a renda auferida individualmente.

A pesquisa sobre mercados de trabalhos na América Latina foi, por outro lado, influenciada pelos novos estudos sobre segmentação socioeconômica desenvolvida para a sociedade norte-americana (Doeringer; Piore; Gordon apud Dedeca; Baltar, 1997), que possibilitaram o aprofundamento da visão sobre excedente de mão-de-obra e informalidade. Os principais pontos argüidos eram: (i) não havia homogeneidade nas formas de relações de trabalho do setor informal, ou seja, o produtor direto possuía instrumentos de trabalho e/ou estoques de bens para a realização de seu mister, ou vendia sua força produtiva diretamente ao consumidor; (ii) certas atividades não se caracterizavam por barreiras à entrada, enquanto outras sim. Algumas razões da inexistência dessas barreiras: aporte de recursos geralmente de origem doméstica; propriedade do empreendimento individual ou familiar; pequena escala; processos produtivos geralmente intensivos; tecnologia adaptada. A entrada e saída nesse mercado acontece em número relativamente elevado, o que não significa inexistência de dificuldades à entrada, as quais se encontram vinculadas sobretudo à posse de pequenos capitais iniciais e à ausência de crédito dirigido especificamente ao setor; as atividades exigem algum tipo de capitalização – necessidade de pequenos capitais fixos e/ou circulantes; (iii) as unidades produtivas objetivam um maior rendimento, em vez da acumulação de lucros, ou seja, o produtor vende diretamente seus serviços e mercadorias, recebendo um montante de dinheiro que é utilizado, principalmente, para consumo individual e familiar, e para a manutenção da

atividade econômica. Mesmo que o indivíduo aplique seu dinheiro com sentido de acumular, a forma como organiza a produção, com apoio no próprio trabalho, em geral não lhe permite acumular; os proprietários não perseguem o lucro, mas pretendem auferir renda (Dedeca; Baltar, p. 70, 1997).

As pesquisas desenvolvidas pelo PREALC, na segunda metade dos anos 70, reafirmaram esses pontos citados, que foram posteriormente melhor articulados em estudos marcados por uma maior pretensão teórica (Tokman, 1978).

Os primeiros estudos do PREALC suscitaram críticas, particularmente no que se refere à definição da informalidade. O PREALC identifica informalidade como conjunto das atividades econômicas em que não há uma separação nítida entre capital e trabalho; ou seja, é o produtor direto de posse dos instrumentos de trabalho e dos conhecimentos necessários que, juntamente com a mão-de-obra familiar ou com auxílio de alguns ajudantes, executa e simultaneamente administra uma determinada atividade econômica.

Essa abordagem trata o setor informal como categoria homogênea, os produtores informais são tratados como mini-firmas, prestes a crescer ou permanecer como estão (a depender da oferta de capital), impedindo o enfoque das diversas formas de propriedade.

Com a sua evolução teórica, o PREALC substitui a abordagem dual por um enfoque dinâmico analisando a informalidade sob a ótica da produção mercantil. Entende-se agora que os movimentos e a dinâmica das atividades tipicamente capitalistas, ao mesmo tempo em que criam uma configuração para outras atividades formais, também propiciam espaços econômicos que podem ser explorados por pequenos produtores e por trabalhadores por conta própria.

Portanto, o espaço informal transforma-se ao longo do tempo, subordinado aos movimentos da produção capitalista e aos decorrentes perfis de demanda e distribuição de renda. *“O mesmo é intersticial às atividades econômicas dominantes; é ocupado de forma permanente e constitui parte integrante de um mercado de trabalho. Constata-se que há um vínculo estrutural entre os setores formal e informal. Esse vínculo é concretizado por meio de um fluxo de renda do primeiro setor para o segundo, através de subcontratação,*

prestação de serviços, venda de mercadorias, poupanças acumuladas em empregos formais e aplicadas em atividades informais, etc. Essa nova abordagem permite perceber que a produção e as relações de produção estruturam-se em um contínuo e não apenas dois setores, permitindo identificar um espectro de inserções ocupacionais, além do trabalho assalariado inserido nas firmas tipicamente capitalistas, como por exemplo o assalariado sem contribuição legal de trabalho (principalmente), nas pequenas e médias empresas dos setores agrícolas, construção civil e serviços em geral, trabalho por conta própria, autônomos, emprego doméstico, etc”. (Cacciamalli, p, 126, 1991).

2.1.1 Aspectos conceituais

Segundo Cartaya (1987), o entendimento do conceito de informalidade pode ser visto pelo menos por quatro enfoques distintos. O primeiro, baseado nos trabalhos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), descreve o setor informal com base em características técnicas das unidades produtivas, mas considera que as atividades desse setor são geradoras de produto e emprego. Este enfoque mostra que o setor informal é composto de atividades intensivas em trabalho e usuário de tecnologias simples, de forma que a produtividade do trabalho seja muito baixa, mesmo porque o detentor dos meios de produção, freqüentemente, é o único trabalhador.

O segundo, numa descendência direta dos estudos marxistas, considera as atividades informais como formadas por uma necessidade funcional do sistema capitalista, o qual usa o expediente da informalidade para obter uma redução nos custos de produção, associados à mão-de-obra, e assim alcançar uma elevação dos lucros. Nessa visão, o capitalismo subordina trabalhadores informais às necessidades do processo de acumulação de capital. Esse tipo de atrelamento gera uma relação de dependência entre o setor informal com o sistema formal capitalista, negando a possibilidade de existir uma informalidade com desenvolvimento independente.

O terceiro, com formulações mais heterogêneas no campo metodológico, estabelece que o setor informal seria constituído de relações de trabalho atípicas, tais como “mercado negro”, “mercado não regulamentado”, “mercado ilícito”, “economia submersa”, entre outras, para escapar das responsabilidades institucionais da economia formal.

Finalmente, o pensamento liberal entende o setor informal como uma manifestação do espírito empresarial, o qual se encontra abafado por excessiva regulamentação da atividade econômica. A informalidade é então vista como integrada por atividades não declaradas, mas nem por isso ilícitas, mas apenas expondo o mercado de trabalho ao livre jogo da oferta e da demanda e eliminando as possíveis restrições existentes.

2.1.2 As definições operacionais

Estatisticamente, o informal designa o que escapa ao registro ou não é contabilizado e, portanto o que se encontra fora do olhar e do controle do Estado.

Vejamos os critérios para definir o setor informal, que segundo Hugon (1997) podem colocar-se nos níveis:

- da observação estatística: o setor informal escapa aos meios de investigação empírica; nele os produtores podem trabalhar sem localização fixa, sem pagar patente e impostos, excluídos das regulamentações sociais, sem qualquer contabilidade, etc.
- da unidade de produção: os critérios mais utilizados, desde o famoso relatório Quênia, são a facilidade de acesso às atividades, a condição de propriedade familiar das empresas e a escala restrita da operação; dispõe-se de técnicas com forte intensidade de trabalho (Employment, 1972)
- das rendas – distingue as fontes de renda informais segundo os critérios do salário e do auto emprego, as quais podem ser legítimas ou ilegítimas.

- do trabalho: o emprego informal agrupa, geralmente, tanto os empregos familiares do setor artesanal e os pequenos ofícios, quanto as atividades ocasionais ou temporárias no seio do setor formal (trabalho sem especificação na construção civil, trabalhadores diaristas ou mão-de-obra flutuante de qualquer natureza);
- da intensidade capitalista: Steel apud Hugon (1997), utiliza o critério da intensidade capitalista, que está em correlação com a dimensão da firma; o setor informal geralmente possui um capital fixo reduzido, sendo intensivo em trabalho, e a tecnologia é adaptada;
- da organização social e jurídica: utiliza o critério de mercado não protegido, onde não há nem sistemas de segurança social nem regulamentação (Mazundar, 1974; Weeks, 1975, apud Hugon (1997)).
- das condições de vida: utiliza o critério de renda, habitat precário, etc.(Quijano; Vermeres; Num; Margin-Alité apud Hugon (1997)).

Parece, assim, necessário reter-se toda uma pluralidade de critérios que permita definir objetos diferentes: legalidade, pobreza, tamanho, registro, tecnologia, organização, precariedade, etc. Tudo por causa da heterogeneidade do setor informal.

Standine e Steel, apud Hugon (1997), subdividem o setor informal: um setor irregular ou residual, que compreende a todo um leque de atividades lícitas, mas marginais e de pouco prestígio (mendicidade, diversos trabalhos de jardinagem, lavagem de carro, etc.), assim como um grande número de atividades ilegais; e um setor regular ou intermediário (middle sector), que compreende atividades econômicas exercidas em pequena escala por empresas familiares e geralmente não assalariadas, assim como os trabalhadores assalariados, dos setores comércio e serviços, atividades artesanais urbanas.

2.1.3 Tipologia das Atividades Econômicas Informais

A economia informal escapa às investigações estatísticas. Sendo uma economia disfarçada, subterrânea ou oculta, não é registrada ou observada estatisticamente. Atrás desse lado opaco das informações, o que é levado à questão é a relação das atividades com o mercado, por um lado, e com o Estado, por outro.

Vejamos o modelo que demonstra as relações existentes entre tipos diferentes de economia informal.

Tipologia segundo I.I Gershunx e Repahl apud Hugon (1997):

- ***Economia Doméstica*** – produção, sem o propósito de vender, por membros de uma família, em geral para a própria família. O trabalho não é registrado e os bens e serviços produzidos são consumidos dentro do ambiente familiar.
- ***Economia Subterrânea, Oculta ou Negra*** – produção total ou parcialmente para venda ou permuta – as empresas ou atividades fogem da regulamentação do Estado, seja ela trabalhista, tributária ou leis e regras institucionais.
- ***Economia Comunitária*** – produção por um indivíduo ou grupo, sem finalidade de venda ou permuta de um produto cujos produtores não são os principais consumidores.

2.2 PROCESSO DE INFORMALIDADE E MERCADO DE TRABALHO

Estamos vivendo num processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia, o qual incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção e dos processos de trabalho.

Decorrem, daí, dois fenômenos principais, associados à informalidade, no Mercado de trabalho:

- O primeiro diz respeito à reorganização do trabalho assalariado, ou seja, refere-se à reformatação das relações de trabalho nas formas de organização da produção e do mercado de trabalho formal da economia. Essas relações frequentemente são apreendidas através de categorias analíticas que expressam formas de trabalho assalariado não registrado junto aos órgãos da seguridade social, mas também podem revelar contratações (legais) sob outros modos, como cooperativas de trabalho, empreiteiras de mão-de-obra, agências de trabalho temporário, locadoras de mão-de-obra, prestação de serviços temporários dissimulada sob a forma de trabalho autônomo, etc. Esses contratos não são a única forma de organização da produção ou do trabalho, pois interpenetram a totalidade do espaço produtivo de bens e serviços. Existe uma vulnerabilidade de insegurança na relação do trabalho e na percepção da renda por causa da ausência, muitas vezes, de qualquer regulamentação laboral e de proteção social, especialmente contra demissões e acidentes de trabalho, no uso flexível do trabalho; (horas e múltiplas funções);
- O segundo fenômeno é o auto-emprego, além de outras estratégias de sobrevivência empreendidas pelas pessoas que, por apresentarem dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho formal, ou por opção, auferem renda através de formas de trabalho por conta própria ou em micro-empresas.

Na América Latina, esses grupos em geral, inserem-se em ocupações de baixa produtividade (Dedeca; Baltar, p. 68, 1997).

Assim, no momento contemporâneo, tendo em vista as transformações estruturais na produção e nas instituições que estão se manifestando no âmbito global, nas regiões e localidades, o processo de informalidade deve ser associado às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reconfiguração das economias mundiais, nacionais e locais. Essas formas devem ser tipificadas de tal forma a constituírem, em si mesmas, categorias de análise, embora o exame sobre o seu comportamento e evolução deva, sempre, estar referenciado ao processo de desenvolvimento econômico social e político.

2.2.1 Categorias ocupacionais

As categorias de situação ocupacional – assalariado com registro e sem registro, conta própria, empregador, serviço doméstico, e sem remuneração – constam usualmente nos sistemas de informações sobre o mercado de trabalho, bem como outras categorias que podem ser constituídas a partir da desagregação de grupos ocupados que não contribuem para a seguridade social.

Os sistemas estatísticos, para apontar as formas de mensuração da economia informal, apresentam, em geral, pelo menos três insuficiências:

A primeira refere-se à necessidade da geração de dados primários, informações dos diferentes setores de atividade que contemplem as relações de trabalho. Isso permitirá avaliar a relevância quantitativa e qualitativa da fragmentação do trabalho assalariado através dos mecanismos de subcontratação de prestação de serviços. A segunda diz respeito à necessidade de classificar a ocupação e de introduzir, caso necessário, outras denominações que expressem novos conteúdos e funções. E, por fim, a terceira, está associada à desagregação da categoria por conta própria. Essa última expressa ocupações altamente heterogêneas, tais como: profissionais liberais que trabalham em firmas (em rede ou independente), prestadores de serviço que atuam como trabalhadores assalariados temporários; proprietários de negócios no comércio e no setor de serviços, comerciantes e trabalhadores de rua, prestadores autônomos de serviço, ajudantes – assalariados de diferentes tipos de conta própria, etc.

A partir da disponibilidade de dados procedentes dos sistemas de informações, o processo de informalidade pode ser apreendido através de suas relações e contrastes com o setor formal, analisando-se a evolução de cada uma das seguintes categorias: o conjunto de indivíduos assalariados que foram contratados à margem da legislação laboral ou da seguridade social; o conjunto de trabalhadores por conta própria e de empregadores que não exercem profissões liberais e não dependem de mão-de-obra assalariada para o desempenho do seu trabalho; o trabalho sem remuneração e o serviço doméstico. Essa mensuração da economia informal pode ser diagnosticada através de dois procedimentos:

No primeiro, a partir de informações a respeito da oferta de trabalho, pode-se investigar as formas de inserção dos ocupados na produção, traduzidas por meio de um conjunto de categorias ocupacionais denominadas “posição na produção”. A partir dessa primeira delimitação empírica, torna-se possível averiguar as características dos trabalhadores e das atividades informais. Muitas vezes, os painéis domiciliares dão conta, também, de informações a respeito do estabelecimento e das formas de trabalho.

Esse tipo de levantamento no Brasil é realizado anualmente⁴ pela fundação IBGE, e indica o número total de empregados com carteira e sem carteira de trabalho assinada pelo empregador, de trabalhadores por conta própria, de trabalhadores sem remuneração e de empregadores.

No segundo através das informações obtidas por pesquisas diretas, das quais se extraem as unidades produtivas informais em função de critérios sobre a forma de organização de cada unidade produtiva. Esse tipo de levantamento, entretanto, é mais difícil de ser realizado, por requerer entrevistadores mais qualificados, treinamento, além disso, o procedimento só atinge de forma parcial os pequenos estabelecimentos e os ocupados por conta própria, os quais relutam em dar informações. Adicionalmente, os sistemas de informações oficiais do Brasil: Programa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA), da Fundação IBGE; e Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), permitem desagregar do total de ocupados nas categorias de empregados e de assalariados, com ou sem registro, aqueles que trabalham em estabelecimentos com até 5 indivíduos.

2.2.2 Determinação de emprego e da renda

A literatura latino-americana sempre tendeu a tratar o setor informal como produto de um crescimento econômico incapaz de gerar postos de trabalho no setor formal em volume compatível com a disponibilidade de força de trabalho. Em geral, entendia que a força de trabalho migrante de baixa qualificação, ao não possuir capacidade de inserção

⁴ Além das pesquisas nacionais por amostra de domicílios realizadas desde 1968, o IBGE realiza desde 1982, para áreas metropolitanas, uma pesquisa mensal de emprego e renda. Detalhes a respeito do segmento de mão-de-obra das Pesquisas Nacionais por amostra de domiciliares da Fundação IBGE podem ser obtidos em Arias (1988) e Cacciamali (1988).

nos setores formais, recorria às ocupações informais, principalmente ao emprego doméstico e aos serviços pessoais e domiciliares.

De fato, o esgotamento do crescimento na América latina mostrou, nos anos 80, um aumento generalizado da informalidade provocada pela estagnação do nível de empregos nos setores modernos, mas também pelo ingresso de contingentes de ex-trabalhadores assalariados do núcleo formal.

Por outro lado, a mesma literatura dos anos 70 apontava o problema da heterogeneidade do mercado de trabalho como resultado de um crescimento das atividades formais inferior ao incremento da disponibilidade de trabalho. Nos anos 80 e 90 a heterogeneidade passa a ser, também, um produto da expulsão de trabalhadores formais para a situação de informalidade, com uma eventual passagem pela situação de desemprego aberto. Alguns autores denominaram este processo como “informalização” e outros “precarização” do mercado de trabalho na América Latina.

A informalidade pode ser representada e acompanhada por duas categorias de trabalhadores que são predominantes no processo: os assalariados sem registro e os trabalhadores por conta própria.

A primeira categoria, que abrange a maior parte dos assalariados sem registro, tem como característica comum o fato de ter sido contratada à margem da regulamentação do mercado de trabalho, à margem das regras dos contratos por tempo indeterminado e da organização sindical.

Todo o cidadão brasileiro ou estrangeiro com residência no país, fundamentado na Constituição Federal de 1988, independentemente de contribuir para a seguridade social, conta com a proteção dos serviços de saúde pública, e conforme as modificações ocorridas na previdência social recentemente acaba o direito dos cidadãos a aposentadoria mínima. Esse direito social não incentiva o trabalhador, especialmente aquele que auferir salário próximo do mínimo, a desejar ou exigir um contrato legal de trabalho. Esse trabalhador, entretanto, não dispõe de nenhuma garantia de renda no caso de acidente ou problema de saúde decorrente do trabalho, bem como não recebe, salvo acordo com a empresa ou

patrão, as compensações de renda referente à dispensa involuntária (aviso prévio, proporcional de férias, proporcional de gratificação de Natal, recebimento do PIS/PASEP, horas extras). Além disso, por não estar sindicalizado, não tem acesso aos acordos coletivos e não pode ingressar no sistema de seguro desemprego.

No caso da segunda categoria, trabalhadores por conta própria, de formas análogas com muitos micro-empresários, desejam apontar que estão criando emprego, principalmente na prestação de serviços, com o objetivo de se auto-empregar. O que caracteriza esse grupo, especialmente aquele com baixo nível de produtividade, com relação às empresas capitalistas, é que ele compreende indivíduos com pouco nível de capitalização física ou humana, que são simultaneamente patrões e empregados de si mesmos. Trabalham diretamente na produção ou na prestação de um serviço e podem engajar familiares ou ajudantes-assalariados. Esse tipo de inserção deriva da escassez de empregos aderentes às características da força de trabalho, em especial seu capital humano, e pode constituir, em determinadas situações, uma alternativa à miséria. É uma forma de trabalho que se estende através de indivíduos motivados por dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho, ou podem estar inativos em famílias com renda familiar baixa, podem ser aposentados que auferem pensões insuficientes, ou até por opção frente às dificuldades de adaptação em trabalhos como assalariado.

Ademais, nesses períodos de austeridade, determinadas atividades informais podem capturar mercados, substituindo bens que eram ofertados por empresas capitalistas (babás substituindo creches, mecânicos substituindo serviços de concessionárias, etc.). O que pode provar uma sobrevida ao produtor informal, mas não lhe garante renda futura.

Com relação à expansão do nível de emprego dos trabalhadores por conta própria, destacamos que informações procedentes da Pesquisa Mensal de Emprego da Fundação IBGE indicam expressiva correlação positiva entre a massa de salários derivados dos empregados registrados e não registrados.

2.3 SETOR TERCIÁRIO INFORMAL

O setor terciário informal origina-se principalmente pelo lado da oferta de trabalho decorrente de grandes processos migratórios e significativos crescimentos demográficos. Esse passou também a ser visto como derivado de uma insuficiência do desenvolvimento econômico. Há uma interpenetração entre os setores formal e o terciário informal. Essa convivência acontece obedecendo uma lógica de complementaridade e/ou de competitividade entre as atividades constituídas nesses mesmo setores.

As mudanças na estrutura do mercado de trabalho alimentam o crescimento do setor terciário informal, seja ao forçá-lo a absorver ex-assalariados de baixa qualificação em atividades bastante precárias, seja ao estimular a formação de pequenos negócios sob responsabilidade de ex-assalariados de melhor qualificação, cuja atividade fim é a prestação de serviços ou fornecimento de produtos ao setor formal.

Esse segmento do setor informal apresenta alguns aspectos relevantes:

- trata-se de um segmento produtivo urbano, composto de atividades desenvolvidas diretamente por trabalhadores por conta própria e pequenos proprietários com seus familiares, sem, contudo, haver separação entre capital e trabalho;
- os trabalhadores autônomos, entretanto, possuem seus instrumentos de trabalho e/ou algum tipo de conhecimento específico que lhes permitem exercer alguma atividade econômica ou prestar algum tipo de serviço;
- as atividades do setor terciário incorporam uma gama de ocupações produtoras de bens e serviços, as quais condicionam a forma de suas respectivas remunerações;
- a escolaridade aparece como principal fator de determinação da renda; em seguida, o tempo de experiência e a idade são elementos que elevam a renda na atividade do setor terciário informal;

- a renda média é muito baixa, a escolaridade é quase inexistente e os recursos tecnológicos são escassos, de forma que a capacidade de acumulação é limitada;
- esse segmento é significativo na geração de novas formas de trabalho, pois representa a maior parte das atividades informais.

No Brasil, além dos aspectos citados pode-se acrescentar:

- quanto à idade, tem-se uma incidência não desprezível de crianças e jovens. Predomina a faixa etária entre 18 e 45 anos, ou seja, o maior contingente de informais do terciário encontra-se na faixa de idade mais produtiva da vida;
- as mulheres sofrem discriminação no setor, à medida que suas rendas são menos elevadas que as dos homens, quando submetidos aos mesmos atributos pessoais;

3 MERCADO DE TRABALHO E INFORMALIDADE NO BRASIL

3.1 EMPREGO E DESEMPREGO NA DÉCADA DE 90

Os anos 90 representam um momento de ruptura com a trajetória de desenvolvimento que havia possibilitado a industrialização do país depois de 1930. Essa trajetória, até então centrada na organização de um sistema industrial voltado para o mercado interno, dá lugar a uma vertente que busca privilegiar os setores com maiores vantagens competitivas no mercado externo. Tal política tomou a abertura externa como principal instrumento de modernização e racionalização da base produtiva local, provocando um rápido ajuste das estruturas produtivas e ocupacionais nos primeiros anos da década.

Entre 1990 e 1992, a taxa de desemprego elevou-se significativamente de 8,7% para 15,3%, a economia brasileira sofreu uma recessão, o ritmo de atividade agropecuária oscilou, e o da prestação de serviços manteve-se firme ao longo de todo esse período recessivo. Somente o setor industrial diminuiu fortemente, notando-se uma perda de 13 pontos percentuais no produto desse setor (**Tabela 1**).

TABELA 1 – Indicadores de atividade econômica – 1989/95-97.

Anos	Agropecuária		Serviços		Indústria		PIB	PIB per capita
1989	100,0		100,0		100,0		100,0	100,0
1990	96,3	-3,7	99,2	-0,8	91,8	-4,3	97,7	94,1
1991	99,0	2,8	100,8	1,6	90,1	0,3	96,0	92,9
1992	104,3	5,4	100,8	0,0	86,7	-0,8	95,2	90,7
1993	103,3	-1,0	104,3	3,5	92,7	4,2	99,0	93,1
1994	111,7	8,1	108,6	4,1	99,1	5,8	104,9	97,1
1995	118,3	5,8	114,8	5,7	101,1	4,2	109,3	99,8

FONTE :Banco Central do Brasil, apud Baltar,(1999).

A diminuição da produção industrial ocorreu em todas as categorias de produtos, mas foi comandada pela redução da produção de bens não-duráveis de consumo, o que contribuiu para reduzir o nível geral de emprego e renda.

A produção de bens intermediários acompanhou a diminuição da demanda de todo o setor industrial que, além da indústria de transformação, inclui a construção civil, a extração mineral e os serviços industriais de utilidade pública.

A partir de 1993 houve uma retomada do crescimento, e voltaram as aplicações no mercado nacional por meio da compra de ativos, via privatização. O capital estrangeiro começou a ingressar no país, atraído pelas altas taxas de juros praticados pelo Governo Federal, como parte do programa de estabilização nacional que criou o Real.

Os efeitos da nova política econômica sobre o emprego foram desastrosas no período 1990/93, tendo sido eliminados 1,3 milhão de empregos formais. Essa perda de empregos revelou-se muito mais intensa na Região Sudeste (1,1 milhão de postos foram perdidos) e significativamente menor no Nordeste (126 mil). Entretanto, a redução relativa do emprego na indústria de transformação foi semelhante em ambas as regiões (IBGE, PME, 2000).

O mau desempenho do emprego formal não se limitou à indústria manufatureira. Outros setores de atividades com intensa diminuição do emprego formal foram a construção civil e os serviços de crédito, financiamento, seguro e capitalização. Em menor proporção, reduziu-se também no comércio, nos serviços técnicos e de apoio à atividade econômica e nos transporte e comunicação.

Na realidade, o emprego formal somente permaneceu constante na administração pública e aumentou, inclusive durante a recessão, principalmente na área de educação e saúde. Registrou-se também um aumento de forma secundária, num conjunto heterogêneo de serviços do tipo alojamento, alimentação, reparação, manutenção, diversão e serviços pessoais. O resultado global foi uma queda de 7% do emprego formal, que praticamente não aumentou no período subsequente de recuperação econômica (IBGE, PME, 2000).

Cresceu simultaneamente o número de empregadores, de autônomos que trabalham para o público sem qualquer instalação e para empresas, de empregados sem carteira no comércio, nas oficinas de reparação, nos serviços de alimentação e especializados, além dos serviços domésticos remunerados.

No período de 1995/96, foi marcado em sua maior parte, por uma expressiva redução das taxas de desemprego aberto, com um grau declinante de formalização do emprego, essa atribuída meramente às transformações estruturais em curso na economia brasileira.

A população economicamente ativa (PEA), que cresceu quase que continuamente de janeiro a setembro de 1996, chegando a uma expansão acumulada de 44% nesse período, passou por forte contração no final do ano. O nível de ocupação cresceu durante boa parte de 1996 e declinou acentuadamente no seu final. Em termos absolutos esta correspondeu a criação de 248 mil novos postos de trabalho, a composição desta variação por setores de atividades, mais de 50% deste incremento, aconteceu no setor de serviços.

É importante destacar que o número de greves deflagradas em 1996, foi o mais alto da década, atingindo a marca de 1.237 (contra 1.128 em 1991). (MERCADO DE TRABALHO, IPEA, 1997, p. 1-8).

No final da década, agrava-se o nível de qualidade das relações de trabalho no país. “No emprego formal, o acréscimo foi observado principalmente no emprego público e secundariamente na prestação de serviços, desde transporte, passando por serviços pessoais até os de apoio à atividade econômica, no comércio e em indústrias como vestuário, calçados e produtos alimentares, os únicos setores de atividades com emprego formal menor do que seu início foram a construção civil e as indústrias de material de construção” (Baltar, 1999, p. 131).

Poucas oportunidades de ocupação não-assalariada proporcionarão elevado nível de renda, em termos de sofisticação de consumo. O resultado mais provável é o aprofundamento da desigualdade socioeconômica, com uma parcela muito reduzida da população podendo desfrutar do progresso material, que a partir dos países capitalistas avançados vem transformando a vida das pessoas (Baltar, 1999, p. 131).

3.1.1 Algumas características da informalidade no Brasil – 1997

Com efeito, a globalização da economia e a crise que a acompanha têm conduzido a ajustes nos planos da produção e do trabalho, essenciais na competição capitalista contemporânea, e tendo na variável “custo” um importante elemento estratégico, com drásticos efeitos sobre os níveis de emprego e renda e sobre a qualidade dos vínculos empregatícios no Brasil. Ao mesmo tempo, tais ajustes abrem espaços para a proliferação dos chamados pequenos negócios, e, principalmente, pela necessidade de enfrentar o desemprego e a queda de qualidade de vida, vivenciados por parcelas crescentes da população. A estagnação econômica, ao não gerar novas oportunidades de trabalho, começou a criar uma subutilização da força de trabalho já inserida produtivamente no modo de vida urbano.

Nos últimos anos ocorreram mudanças significativas nas relações de trabalho dos empregados de setor formal: os empregados com carteira assinada, categoria mais importante dentre as pessoas ocupadas, 16,4%, passaram a trabalhar sem carteira assinada, 13,3% por conta própria e 2,3% como empregadores (IBGE-PME, 1996).

O avanço da tecnologia é apontado como principal motivo da eliminação de postos de trabalho no setor formal. As novas tecnologias de informática e de comunicação provocaram o desaparecimento de várias categorias de ocupação.

O mercado formal de trabalho caracteriza-se por possuir um contingente de trabalhadores relativamente jovem, que trabalha em média de 42 horas semanais e apresenta um grau de escolaridade com média de 9,5 anos de estudo. O rendimento desse setor é reflexo do nível de investimento em capital humano.

Os resultados da pesquisa do IBGE mostram que no Brasil, em outubro de 1997, existiam 9.447.975 empresas informais, a maior parte na região Sudeste, que ocupavam 12.870.421 pessoas, entre as quais trabalhadores autônomos, pequenos empregadores, empregados com e sem carteira de trabalho e trabalhadores não remunerados.

Na maior parte das categorias predominava o sexo masculino (64%), com exceção dos não remunerados, onde se verificava maior proporção de mulheres (62%). A maior parcela dos trabalhadores ocupava-se das atividades de comércio e de serviços (reparação, pessoais, domiciliares e de diversão), 27% e 18%, respectivamente.

Segundo o nível de instrução, a maioria (45%) detinha o primeiro grau incompleto, o que se verificou tanto em relação à posição na ocupação, quanto ao sexo. As pessoas ocupadas, excluindo-se os proprietários, concentravam-se em dois grupos etários: 34% entre 18 e 24 anos e 33% no grupo de 25 a 39 anos. Os homens, em sua maioria, encontravam-se no primeiro grupo, enquanto as mulheres estavam, em maior parte, no segundo (36%).

O rendimento médio pago aos empregados nas empresas do setor informal foi de R\$ 240,00, sendo o dos homens (R\$ 253,00), superior ao das mulheres (R\$ 218,00), segundo todas as características selecionadas: nível de instrução, posição na ocupação e grupos de idade. Verificou-se que, em geral, o nível de rendimento cresce a medida que aumenta o nível de instrução desses trabalhadores.

3.1.2 Setor terciário informal no Brasil

As recentes mudanças na estrutura de produção e ocupação no Brasil, refletem no caso do setor terciário em basicamente duas transformações neste setor.

A primeira refere-se ao aumento de sua importância como empregador de mão-de-obra, cuja composição representa cerca de 50% do total dos trabalhadores ocupados no país. (MERCADO DE TRABALHO, IPEA, 1997, p. 1-8).

A segunda refere-se ao seu crescimento nos anos 90, na geração de postos de trabalho, principalmente em ocupações que tradicionalmente pertencem ao setor informal, notadamente nos trabalhos por conta própria, tendo uma participação relevante nos anos 80 (1981/90) com 44,5% e com 50,5% nos anos 90 (1992/98).

Essas transformações observadas no setor terciário, podem ser parcialmente explicadas: (i) racionalização produtiva da economia brasileira na década de 90, que desloca trabalhadores do setor formal para o informal; e (ii) pela insuficiência das demanda agregada, os trabalhadores enfrentaram dificuldades em inseri-se no mercado de trabalho, este dispõe de oferta excedente de mão-de-obra, resultando no aparecimento de ocupações heterogêneas do setor informal da economia, tais como o comércio ambulante e os serviços pessoais. Esses, os mais importantes empregadores de mão-de-obra nos anos 90 na economia brasileira no setor terciário, em que predominou as relações de trabalho assalariado sem carteira assinada por conta própria e não-remunerados (MERCADO DE TRABALHO, IPEA, p. 15, 1997).

3.2. INFORMALIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 1997

A RMS sobressai por apresentar, dentre as regiões metropolitanas, a menor proporção de empresas informais no grupo de indústrias de transformações e extrativas de mineral (5,3%), e também pela maior percentagem de empresas informais nos serviços, representando mais de 70% da ocupação da RMS (**Tabela 2**).

TABELA 2 – Crescimento da ocupação nas atividades informais – 1996/1999 (%)

SETOR DE ATIVIDADE	INFORMAL	FORMALIZADO	ASS.S/CARTEIRA	TOTAL
Indústria de Transformação	3,80%	10,40%	11,40%	8,10%
Construção Civil	6,40%	4,50%	6,50%	5,40%
Comércio	17,20%	14,20%	20,10%	15,90%
Serviços	69,50%	70,50%	60,30%	69,00%
Outros	3,10%	0,50%	1,70%	1,60%
Total	100%	100%	100%	100%

FONTE: PED-RMS, SEI, SETRAS, SEADE, DIESSE, UFBA, apud INFORME PED, 1996-1997.

Uma inspeção da **Tabela 2** mostra que a informalidade da RMS encontra-se fundamentalmente no setor serviços. Em segundo lugar, ela aparece no comércio, e todos os setores possuem relativamente mais trabalhadores informais que formais.

A informalidade na RMS é integrada por atividades e ocupações muito diversificadas, constituindo um conjunto bastante heterogêneo.

Há uma simbiose entre os setores formal e informal, com complementariedade e/ou competitividade entre suas atividades, como, por exemplo, nos serviços de reparo e manutenção em geral.

São específicos da RMS ocupações ligadas à cultura, exercidas pelos indivíduos vinculados aos cultos afro-brasileiros e às manifestações artísticas, notadamente o carnaval. Esse segmento da informalidade em Salvador, possui uma lógica própria e não pode ser analisado com instrumentos ortodoxos da análise econômica convencional.

Quando comparado ao mercado formal de trabalho da RMS, o mercado informal apresenta indicadores estatisticamente inferiores, demonstrando constituir uma estrutura bastante precária (Menezes & Carrera-Fernandez, p. 1203, 1998).

TABELA 3 – Indicadores dos mercados Formal e Informal de trabalho/RMS-1998.

INDICADORES	MÉDIA	DESVIO	MÉDIA	DESVIO	ESTATÍSTICA	SIGNIFICÂNCIA
	MER.FORMAL	PADRÃO MER. FORMAL	MER. INFORMAL	PADRÃO MER. INFORMAL		
Renda em Reais	741,57	1.121,87	246,42	510,34	54,75	0,00
Escolaridade em anos	9,50	4,05	6,20	3,97	80,57	0,00
Esforço em horas	41,90	17,90	41,31	23,82	2,76	0,01
Experiência em anos	7,11	7,69	3,95	6,78	42,56	0,00
Idade em anos	35,44	10,61	31,65	13,26	31,09	0,00
Total	-	18.625	-	20.216	-	-

FONTE: Cálculos realizados a partir da PED-RMS, SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA

O mercado formal de trabalho da RMS caracteriza-se por possuir um contingente de trabalhadores relativamente jovem, com idade média ligeiramente superior a 35 anos, que trabalha em média um pouco mais de 42 horas semanais. Esse mercado apresenta um rendimento médio de aproximadamente R\$ 742,00, mas com grande dispersão, que pode

ser vista pelo desvio padrão de cerca de 1.122. O rendimento desse agrupamento é reflexo direto do seu nível de escolaridade, detendo apenas o segundo grau incompleto, com cerca de 1,5 anos de estudo, em média, e de pouco mais de 7 anos de experiência, medida pelo tempo de permanência do indivíduo no mesmo emprego ou negócio (**Tabela 3**).

O mercado informal de trabalho na RMS caracteriza-se por dispor de um contingente de trabalhadores bem mais jovem que o mercado formal, com idade média inferior a 32 anos, trabalhando menos que aquele do mercado formal, uma média de 41 horas semanais. O rendimento médio dos trabalhadores do mercado informal é extremamente baixo, cerca de R\$ 246,00, mas com uma dispersão ainda maior que o dobro do rendimento médio dos trabalhadores informais (desvio padrão em torno de R\$ 510,00). O baixíssimo rendimento médio dos trabalhadores informais é também reflexo direto do precário investimento em capital humano desse agrupamento de trabalhadores, que, se comparado aos trabalhadores formais, apresenta um grau de escolaridade bem inferior, detendo apenas o primeiro grau incompleto, com média de pouco mais de 6 anos de estudo, dispondo ainda de menor experiência, uma média de aproximadamente 4 anos.

A pesquisa IBGE, 1997, que representa a fonte das informações a seguir, mostra que as distribuições das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, na RMS, mostra que 75,01% são trabalhadores por conta própria, 9,42% empregadores, 8,86% empregados sem carteira assinada, 4,88% empregados com carteira assinada e 1,8% não remunerados (**Tabela 4**).

Quanto ao número de pessoas ocupadas, é marca nacional a preponderância das empresas informais com uma única pessoa trabalhando, marca esta mais saliente nas regiões do Nordeste, sendo campeã a RMS.

Na maioria das categorias predominava o sexo masculino, 57,49%, com exceção de empregado com carteira assinada (56,08), onde a maior proporção era de mulheres.

TABELA 4 – Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, segundo o sexo e o nível de instrução – RMS – 1997.

SEXO E NÍVEL DE INSTRUÇÃO	TOTAL	CONTA-PRÓPRIA	EMPREGADOR	EMPREGADO COM CARTEIRA ASSINADA	EMPREGADO SEM CARTEIRA ASSINADA	NÃO-REMUNERADO
Sexo	-	-	-	-	-	-
Homens	177.853	131.626	17.127	6.642	19.395	3.064
Mulheres	131.485	100.417	12.036	8.483	8.025	2.524
Nível de instrução	-	-	-	-	-	-
Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	27.498	21.436	944	1.160	3.406	553
1º grau incompleto	137.339	109.581	9.493	3.609	12.325	2.331
1º grau completo	38.947	27.987	2.059	4.187	3.662	1.052
2º grau incompleto	26.454	18.917	2.280	1.131	3.249	877
2º grau completo	58.922	42.160	8.089	4.474	3.424	775
Superior incompleto	5.581	3.652	928	467	534	-
Superior completo	14.172	8.154	5.370	97	551	-
Sem declaração	426	157	-	-	269	-
Total	309.339	232.043	29.163	15.125	27.420	5.588

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de emprego e Rendimento

As condições educacionais do setor informal na RMS são precárias. Percebe-se que 41,39% tem o 1º grau incompleto, 12,59% o 1º grau completo, 8,55% com 2º grau incompleto, 19,04% detêm o 2º grau completo, 1,8 com superior incompleto e 4,58% apresentando nível superior completo. Constata-se que a maioria dos ocupados apresenta em média 6 anos de estudo. A consequência imediata dessa baixa escolaridade incide sobre a renda desses trabalhadores.

Observa-se que, quanto maior o grau de instrução, melhor o rendimento médio das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal. Cabe dizer que em relação à escolaridade a mulher possui, em média, maior nível de instrução. Nem por isso sua condição de renda se apresenta mais favorável (**Tabela 5**).

O total das empresas do setor informal na RMS compreende, em sua maioria, empreendimentos de trabalhadores por conta própria, que exploram uma atividade sozinho(s) ou com sócio(s), sem empregados e contando, ou não, com a ajuda de trabalhadores não-remunerados, geralmente familiares (IBGE, 1999).

TABELA 5 – Rendimento médio do trabalho das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, com rendimento exclusive os proprietários, por sexo, segundo características selecionadas – RMS – 1997.

CARACTERÍSTICA SELECIONADA	TOTAL	MULHERES	HOMENS
Nível de instrução	-	-	-
Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	123	171	108
1º grau incompleto	135	126	139
1º grau completo	208	184	237
2º grau incompleto	154	172	145
2º grau completo	197	172	234
Superior incompleto	196	107	223
Superior completo	264	264	-
Sem declaração	127	127	127
Grupos de idade			
Menos de 10 anos	-	-	-
10 a 17 anos	87	131	78
18 a 24 anos	135	146	129
25 a 39 anos	195	174	218
40 a 59 anos	246	207	260
60 anos ou mais	246	300	162
Sem declaração	-	-	-
Total	164	166	163

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento

Os rendimentos médios dos proprietários são mais elevados na posição de empregador, sendo que, quanto maior o número de empregos ocupados, melhor o seu rendimento. Fica evidente a discriminação em relação ao rendimento das mulheres, sempre inferior ao dos homens (**Tabela 6**).

TABELA 6 – Rendimento médio de todos os proprietários de empresas de setor informal, por posição de ocupação, segundo sexo e o número de trabalhos – RMS-1997.

SEXO E NÚMERO DE TRABALHOS	TOTAL	CONTA-PRÓPRIA	EMPREGADOR
Total	371	317	807
Homens	471	409	952
Mulheres	236	193	598
Único trabalho	339	287	757
Homens	430	371	887
Mulheres	216	173	570
Mais de um trabalho	635	562	1.233
Homens	828	739	1.502
Mulheres	396	348	839
Total	1.345	1.166	2.797

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento

A renda da economia informal na RMS depende de fluxos de renda, provenientes do setor formal: gastos com consumo dos empregados desse setor e dos que vivem de transferências governamentais, como os benefícios monetários destinados a trabalhadores temporariamente afastados do mercado de trabalho, o seguro desemprego, etc.

Constituem-se também em importantes fluxos de renda os valores recebidos a título de indenização e do FGTS, e que são aplicados por trabalhadores desempregados ou aposentados em empreendimentos do setor informal. Além disso, alguns tipos de atividades desse setor, são dependentes da demanda de bens e serviços das empresas formais e do setor público.

4 O TRABALHO INFORMAL NO SETOR TERCIÁRIO NA RMS

4.1 A OCUPAÇÃO NO SETOR TERCIÁRIO INFORMAL NA RMS – 1997

O setor terciário representa um segmento significativo do mercado de trabalho na RMS. Atualmente, assiste-se a uma crescente mobilização da PEA direcionando-se ao setor de serviços.

É utilizada a seguinte tipologia no setor terciário informal na RMS:

- grupo de atividades do setor terciário informal: comércio de mercadorias, serviços de alojamento e alimentação, serviços de transportes, serviços técnicos e auxiliares, outros serviços e sem declaração;
- pessoas ocupadas no setor terciário: conta própria, empregador, empregado com carteira assinada, empregado sem carteira assinada, não remunerado.

O referido segmento do mercado informal deve ser visto como uma atividade dinâmica e, portanto, não deve continuar a ser tratado como um mercado marginal em relação ao mercado de trabalho formal.

O total das empresas do setor terciário informal na RMS somou 191.341, contando, em sua maioria, 90,31% de empreendimentos de trabalhadores por conta própria. Apenas 18535,9,68% empresas eram de empregadores (**Tabela 7**).

As empresas do setor terciário informal na RMS encontram destaque nestes grupos de atividades quanto às posições abaixo relacionadas (**Tabela 7**): comércio de mercadorias, com 33,40% do total das empresas, 33,32% do total dos ocupados por conta própria e 34,19% dos empregadores; e de serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões com 27,22% do total das empresas, 28,90% do total por conta própria; e 11,60% na empresa do tipo empregador.

TABELA 7 – Empresas do setor Terciário informal, por tipo de empresa segundo grupos de atividades – RMS – 1997

GRUPOS DE ATIVIDADE	TOTAL	CONTA-PRÓPRIA	EMPREGADOR
Comércio de Mercadorias	6.318	57.580	6.338
Serviços de alojamento e alimentação	34.362	30.724	3.638
Serviços de Transporte	14.838	13.179	1.659
Serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões	52.100	49.943	2.157
Serviços técnicos e auxiliares	25.061	20.381	4.680
Outros Serviços	1.063	1.000	63
Sem declaração	-	-	-
TOTAL	191.341	172.807	18.535

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento

Na RMS, a maioria, 66,4% das empresas do setor terciário informal, funciona fora do domicílio do proprietário, observando-se uma diferença importante entre aquelas por conta própria e os empregadores. Uma proporção bem maior das empresas por conta própria tem como local de funcionamento o próprio domicílio, 28%, ou os domicílios dos clientes, 34,3% (**Tabela 8**). Os empregadores configuram a categoria que tem cerca de 50% dos negócios funcionando em loja ou oficina. Para ambos os tipos, a parcela que funciona em “via pública” é de cerca de 12% do total. O que corresponde, em 1997, a cerca de 29 mil empresas informais.

Coerente com a magnitude dos negócios e com o perfil das atividades, a maioria das empresas utiliza equipamentos ou instalações próprias (67%) ou não os utiliza (24%). Os tipos de equipamentos mais citados são ferramentas ou utensílios de trabalho e “tipo não-especificados” sendo que apenas 12% utilizam máquinas .

Embora a maior parte das empresas tenha declarado funcionar em loja/oficina, apenas 8% citam imóveis, barracas ou trallers como locais de trabalho.

TABELA 8 – Empresas do setor informal segundo local de funcionamento - RMS-1997

LOCAL DE FUNCIONAMENTO	TOTAL	CONTA-PRÓPRIA	EMPREGADOR
Só no domicílio	65.215	62.191	3.024
Só fora do domicílio	164.514	142.041	22.473
Loja, oficina	38.788	26.047	12.741
Domicílio de cliente	81.441	76.036	5.405
Via pública	29.272	26.236	3.036
Veículos	11.555	10.264	1.291
Outros	2.836	2.836	-
Sem declaração	621	621	-
No domicílio e fora do domicílio	18.012	17.622	390
Sem declaração	-	-	-
Total	247.741	221.854	25.888

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de emprego e Rendimento

A forma de contabilidade, que indica como esses pequenos empreendimentos registravam suas transações diárias, mostrou que grande parte das empresas não possuía nenhum tipo de registro (46%) e, quando havia, os proprietários desempenhavam essa função (39%), não utilizando serviços de um contador (**Tabela 9**).

TABELA 9 – Empresas do setor terciário, por grupos de atividade segundo os indicadores de formalização – RMS – 1997

INDICADORES DE FORMALIZAÇÃO	TOTAL	COMÉRCIO	SERV.	SERV. DE TRANSP.	SERV. REP. PES. DOM..	SERV. TÉCNICOS	OUTROS
			ALOJ. E ALIM.				
Licença municipal. Estadual		-	-	-	-	-	-
Possui		14.405	9.513	7.798	4.677	8.550	251
Não possui		49.513	24.849	7.040	47.423	16.265	811
Filiação a sindicato		-	-	-	-	-	-
Filiado		5.153	1.501	4.489	2.565	9.110	113
Não filiado		58.765	32.861	10.350	49.534	15.952	950
Sem declaração		-	-	-	-	-	-
Tipo de constituição jurídica		-	-	-	-	-	-
Firma individual		2.914	1.650	-	1.134	1.212	34
Sociedade ou cooperativa		2.612	895	407	1.039	1.844	63
Não tem		58.393	31.816	14.431	49.927	22.006	966
Sem declaração		-	-	-	-	-	-
Total	191.094	63.918	34.362	14.838	52.100	25.061	1.063

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de emprego e Rendimento

Os indicadores de formalização indicam que, em média, 66% das empresas não possuíam licença municipal ou estadual. Essa proporção, no entanto, torna-se menor nas empresas em que a licença é um fator importante para desempenho da atividade, como no caso de serviços de alojamento e alimentação, serviços técnicos e auxiliares e outros.

Nesses casos, cerca de 50% das empresas tinham alguma licença. A maioria das empresas, 87%, não era filiada a sindicato ou órgãos de classes. Também não tinha constituição jurídica, padrão que se verificou em todas as atividades. As unidades produtivas que tinham constituição jurídica na maioria das vezes eram do tipo firma individual.

A clientela das empresas era em sua grande parte, 86%, variada, e as vendas eram feitas principalmente à vista e a prazo, com exceção das atividades de alojamento e alimentação, de transporte, de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões, além de outros serviços cujas formas de venda se faziam basicamente à vista.

Apenas 13% das empresas informais realizaram investimentos e/ou aquisições. Na maioria dos casos, foram utilizados recursos próprios, 64%. Das que efetivaram investimentos, apenas 1,8% recorreram a empréstimos bancários, e 4,5% a outros tipos de empréstimos, o que, além de ser coerente com a ausência de dívidas, na maioria dos casos, confirma a dificuldade de acesso (ou a fuga) ao sistema financeiro e a existência de um sistema de crédito também informal (empréstimos de amigos, agiotas, etc.) .

A maioria iniciou sozinho seu negócio, 89%, sendo que apenas 5,6% já iniciaram atividades com um sócio.

As empresas do setor terciário informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, pelo baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, como fatores de produção (**Tabela 10**).

TABELA 10 – Empresas do setor terciário informal com até 5 empregados, segundo grupos de atividades .
RMS-1997

GRUPOS DE ATIVIDADE	TOTAL	CONTA-PRÓPRIA	EMPREGADOR
Comércio de Mercadorias	64.029	57.580	6.449
Serviços de alojamento e alimentação	34.718	30.724	3.994
Serviços de Transporte	14.867	13.207	1.659
Serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões	52.679	50.523	2.157
Serviços técnicos e auxiliares	25.112	20.381	4.731
Outros Serviços	1.063	1.000	63
Total	192.468	173.415	19.053

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de emprego e Rendimento

A entrada na economia informal no setor terciário foi determinada por dificuldades no mercado de trabalho. A maioria iniciou sozinho um negócio, no total das empresas 90,10% são por conta própria. Poucos iniciaram atividades com sócios, e apenas 9,89% como empregadores. O grupo de atividades comércio de mercadorias é o mais importante, com 33,20%, seguido pelo grupo de serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões, com 27,37%.

4.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO SETOR TERCIÁRIO INFORMAL NA RMS

A inserção dos trabalhadores do setor terciário informal dispõe dessas características:

Pode-se observar que a ocupação predomina na faixa entre 18 anos a 39 anos, ou seja, 69,78%. Há, proporcionalmente, mais homens no setor terciário informal do que mulheres (Informe PED, 1998). No sexo masculino 60,45%, representa o total da ocupação, sendo que 34,45 dos homens encontram-se na faixa etária dos 18 a 24 anos. Já as mulheres têm uma representatividade bem menor dos ocupados, 39,54%, com maior participação, na faixa etária entre 25 e 39 anos com 48,37% (**Tabela 11**).

TABELA 11 – Pessoas ocupadas nas empresas do setor terciário informal, por sexo segundo características selecionadas – RMS-1997

IDADE	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Grupos de idade	-	-	-
Menos de 10 anos	151	151	-
10 a 17 anos	8.690	6.605	2.085
18 a 24 anos	16.154	10.026	6.128
25 a 39 anos	17.435	8.228	9.207
40 a 59 anos	5.335	3.948	1.387
60 anos ou mais	368	143	225
Sem declaração	-	-	-
Total	48.133	29.101	19.032

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de emprego e Rendimento

Tem-se uma incidência não desprezível de crianças e jovens (18,05%) presentes no mercado de trabalho terciário informal, na RMS. Porém, o maior contingente de informais do terciário encontra-se na faixa de idade mais produtiva. O grosso das crianças e jovens encontra-se na faixa de renda até R\$ 120,00. Entre os que recebem mais de cinco salários, encontram-se aqueles na faixa etária de 18 a 45 anos de idade.

As pessoas ocupadas no setor terciário informal, na RMS, segundo as categorias de posição, encontram-se no seguinte nível de significância em 1997: 75,17%, conta própria, 8,90%, empregador, 5,51%, empregado com carteira assinada, 8,16%, empregado sem carteira assinada, 2,25%, não remunerado (**Tabela 12**).

Constata-se que o nível de formalização do setor terciário é baixo, predominando o empregado sem carteira. Há um descumprimento das normas legais por parte desses pequenos empreendimentos, que se organizam à margem dessas normas, sendo essas trabalhistas, institucionais, tributárias, etc.

No nível de escolaridade do setor terciário informal, a mulher possui, em média, maior escolaridade em relação ao homem. Entretanto, nem por isso sua condição de renda se apresenta mais favorável; a faixa de escolaridade é superior aos oito anos (Menezes, Carrera-Fernandez, p. 120, 1998).

TABELA 12 – Pessoas ocupadas nas empresas do setor terciário informal segundo os grupos de atividade – RMS – 1997.

GRUPOS DE ATIVIDADE	TOTAL	CONTA-PRÓPRIA	EMPREGADOR	EMPREGADO		NÃO-REMUNERADO
				COM CARTEIRA ASSINADA	SEM CARTEIRA ASSINADA	
Comércio de Mercadorias	78.950	58.980	7.097	5.520	4.963	2.390
Serviços de alojamento e alimentação	44.543	31.361	4.234	2.102	4.049	2.797
Serviços de Transporte	18.373	13.429	1.777	177	2.980	10
Serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões	63.945	56.146	2.465	1.584	3.487	263
Serviços técnicos e auxiliares	34.861	20.841	5.826	3.928	4.266	
Outros Serviços	1.160	1.034	126			
Sem declaração	-	-	-	-	-	-
TOTAL	241.832	181.790	21.525	13.311	19.746	5.460

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de emprego e Rendimento

O setor terciário informal da RMS apresenta um quadro de renda média baixa. No acumulado tem-se 89,3% que auferem remuneração de no máximo cinco salários mínimos, contra apenas 10,8% que apresentam remunerações superiores a cinco salários mínimos.

A escolaridade é incipiente, e os recursos tecnológicos são muito escassos, de forma que sua capacidade de acumulação torna-se limitada. Mesmo assim, o grau de escolaridade aparece como principal fator de determinação da renda dessas pessoas. Em seguida, percebe-se também que o tempo de experiência e a idade são importantes elementos que elevam a renda no setor terciário informal da RMS (Menezes, Carrera-Fernandez, p. 316, 1998).

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve por objetivo demonstrar a informalidade, na Região Metropolitana de Salvador, em 1997, no setor terciário, dimensionando seu papel em termos de geração de postos de trabalho e rendimento no mercado de trabalho.

Nos anos 90 houve uma acentuada queda no nível de emprego formal no país, em parte pela mudança nas formas de utilização do trabalho, com a terceirização de atividades, antes realizadas dentro das empresas, e ainda pela diminuição de oportunidades ocupacionais.

O setor informal é reflexo da insuficiência da criação de empregos pelo setor formal, em um contexto de grande crescimento da população em idade ativa. A reversão dessas tendências torna a situação da informalidade definitiva para muitos jovens e/ou migrantes. É, também, uma alternativa de ocupação, mesmo que precária, para os assalariados expulsos pelo setor formal, após um eventual período de desemprego. Ainda temos os trabalhadores que optaram por estar na informalidade.

Atualmente a informalidade surge, exatamente, do dinamismo técnico e organizacional da economia. Por isso é importante aceitar o setor informal como grande gerador de postos de trabalho.

O setor terciário informal na Região Metropolitana de Salvador representa a maior parte da ocupação, sendo um segmento significativo do mercado de trabalho e da economia da região. Verifica-se, então, sua importância na geração de novos postos de trabalho, principalmente na posição autônoma.

Predomina a ocupação na faixa etária entre 18 e 39 anos, que corresponde à faixa de maior vigor físico. Em relação ao sexo, constata-se ser maior participação do masculino. Quanto ao nível de escolaridade, o trabalhador tem em média 6 anos de estudos, 10,8% do total, que dispõe de melhor nível de escolaridade. Por isso as remunerações são baixas

nesse setor. A escolaridade aparece como fator determinante da renda nesse setor, necessitando reforçar as implementações, por parte das autoridades competentes, através de medidas direcionadas a qualificação profissional, desses trabalhadores, como também medidas, que possam amenizar as condições socioeconômicas, como por exemplo, oferecer incentivos e subsídios para os pequenos negócios informais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. Secretaria da Indústria Comércio e Mineração. **Manufatura Informal**: uma pesquisa na RMS. Salvador: Kanzeon, 1998. p. 21-27.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Crises contemporâneas e mercado de trabalho. IN: SOUZA, Paulo Renato Costa. **Salário e emprego em economias atrasadas**. Campinas, São Paulo: UNICAMP. IE, 1999. p. 123-32.

BORGES, Ângela; FRANCO, Ângela. Economia informal da RMS: Verdades e Mitos. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.9, n.3, p. 68-89, dez., 1999.

BRAGA, Thaiz Silveira; FERNANDEZ, Cláudia Monteiro. Informalidade e ocupação não-registrada na RMS. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 08, n. 4, p. 27-35, mar., 1999.

BRAGA, Thaiz Silveira; FERNANDEZ, Cláudia Monteiro. Estrutura do mercado de trabalho informal na RMS. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 45, p.19-26, fev., 1998.

BAGNASCO, Arnaldo. **A economia informal**., Porto Alegre, V. 18, n.02, p. 13-31, 1997 .

CACCIAMALI, Maria Cristina; SILVA, Maria de Fátima José. **Mais informalidade, menos cidadania**: Considerações sobre esse círculo vicioso na América Latina. USP, 1999.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As Economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: Camargo, José; Giambiagi, Fábio (orgs.). **Distribuição de renda do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 120-143.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Informalização recente do mercado de trabalho**. São Paulo: IPE/USP/MT, nov., 1989.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Globalização e processo de Informalidade**. São Paulo: USP, 1999.

CARDOSO, Júnior Celso José; FERNANDES, Suiane. **A informalidade revisitada: Evolução nos últimos 20 anos e mais uma hipótese para pesquisa**. IPEA: Brasília, p. 1-20, 1997. Disponível em: www.ipea.gov.br.

CARTAYA, Vanessa. **El confuso mundo Del sector informal**. Nueva Sociedad, 1987.

CONFERÊNCIA DE ESTATÍSTICAS DO TRABALHO, 15, 1993, Genebra. **Anais ...** Genebra, 1993.

DEDECA, Salvadori Claudio. Abertura econômica, emprego e qualificação. In: OLIVEIRA, Antônio Marco. **Reforma do Estado & Políticas de Emprego no Brasil**. Campinas, São Paulo: UNICAMP-IE, 1998. p. 280-288.

DEDECA, Salvadori Cláudio; BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. São Paulo: **Estudos Econômicos**, v. 27, n. especial, p. 65-84,1997

FAGUNDES, Maria Emília Marques. **Informalidade na Região Metropolitana de Salvador: Um estudo exploratório**. Salvador: UFBA/FCE/CME, 1992.

HUGON , Philippe. O Setor Informal: Balanço de 25 anos de trabalho. **Ensaio FEE**, Porto Alegre,V.18, n.02, p. 32-63, 1997.

IBGE. **Pesquisa Suplementar da Pesquisa Mensal de Emprego – PME**, 1996.

IBGE. **Pesquisa Suplementar da Pesquisa Mensal de Emprego – PME**, 2000.

IBGE. **Economia informal urbana 1997**: unidades da federação e regiões metropolitanas da região nordeste. Rio de Janeiro, 1999. v. 3, p. 411-443.

IBGE. **Economia informal urbana 1997**: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro, 1999. v. 1, p. 29-33.

INFORME PED, Salvador, n. 9, jan., 1998.

INFORME PED, Salvador, 1996-1997.

MENEZES, Antônio Wilson Ferreira; CARRERA-FERNANDEZ, José. Mercado de trabalho Informal do Terciário na RMS. Salvador, **Bahia Análise & Dados**, p. 117-127, 1998.

MENEZES, Antônio Wilson Ferreira; CARRERA-FERNANDEZ, José. O Empresário do setor Informal: uma abordagem a partir da RMS. Fortaleza, **Revista Econômica do Nordeste**, v.29, n. especial, p. 993-1010, jul., 1998.

MENEZES, Antônio Wilson Ferreira; CARRERA-FERNANDEZ, José. Determinantes de renda no Setor Terciário: uma abordagem da RMS. Fortaleza, **Revista Econômica do Nordeste**, v. 29, n. 3, p. 305-317, jul./set., 1998.

MENEZES, Antônio Wilson Ferreira; CARRERA-FERNANDEZ, José. Ocupação e informalidade no mercado de trabalho da RMS. Salvador, **Conjuntura & Planejamento**, n. 39, p. 5-12, ago., 1997.

MENEZES, Antônio Wilson Ferreira; CARRERA-FERNANDEZ, José. Discriminação interna aos mercados formal e informal de trabalho da RMS. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, **Anais...**, Vitória, ES, 1998. p. 1199-1221.

MERCADO DE TRABALHO, **Conjuntura & Planejamento**, IPEA: Brasília, no. 4, p. 1-8, abril, 1997. Disponível em: www.ipea.gov.br

OIT;EMPLOYMENT, income and Equality: A Strategy for Increasing Employment in Kenya. OIT, Geneva, 1972.

PREALC – Programa de Empleo América Latina e Caribe. la política de empleo em América Latina. **El Trimestre Económico**, v. 41, n. 164, 1974.

SASEN, S. Informalization as a systematic trend in advanced market economies. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SETOR INFORMAL REVISADO. 1997. **Anais...** Brasília: IPEA, 1997.

SIQUEIRA NETO, J. E. **Desregulamentação ou regulamentação? Abordagem preliminar sobre o contexto brasileiro**. Campinas: Cesis, IE, Unicamp, 1980.

TOKMAN, V. Las relaciones entre los sectores formal e informal. Una exploración sobre su naturaleza. Santiago do Chile, **Revista de la Cepal**, 5, primeiro semestre, 1978.

VUSKOVIC BRAVO, B. R. **A produção não-capitalista: uma discussão teórica**. Porto Alegre: FEE, 1985.